

Servidores dizem basta ao diretor de Dseg

LATUFF



Os agentes de segurança da Justiça Federal do Rio estão mobilizados para por um fim em fatos que causam grande revolta e indignação entre esse grupo de servidores. Por meio do Núcleo de Agentes de Segurança (NAS) do Sisejufe, os funcionários reivindicam providências urgentes para problemas que seriam provocados pelo diretor da Divisão de Segurança (Dseg), Eduardo Peixoto.

Páginas 2 e 3

Sua Saúde é Nossa Pauta

Campanha leva oficina de Saúde para o interior

Constituindo a segunda etapa da campanha “Sua Saúde é Nossa Pauta”, compreendendo a pesquisa de saúde do servidor, o diagnóstico das condições de trabalho, a campanha de pausa e a luta pela jornada de 6 horas corridas, enfatizando os impactos do teletrabalho na saúde devido ao Processo Eletrônico, as Oficinas de Saúde chegaram ao interior do estado.

Páginas 6 e 7



Leia Mais

Risco de vida permanece na Subseção de Nova Friburgo

Após dois anos da tragédia em Nova Friburgo servidores ainda esperam uma solução para mudança do prédio.

Páginas 4 e 5

Passeata dos Mais de 100 mil: o retorno às ruas

Estudantes e trabalhadores se inscrevem na História e retomam as ruas com a força digna de brasileiros.

Página 9

Sisejufe vai ao STF para obter correção do reenquadramento

Decisão do colegiado do CNMP atende proposta de reenquadramento.

Página 11

Servidores dizem basta ao diretor de Dseg

Condições de Trabalho

As relações do diretor com seus subordinados é um problema recorrente

Há relatos de possíveis casos de assédio moral promovidos contra agentes lotados nos foros da capital e de total descaso com o pessoal que trabalha em repartições do interior do estado. A diretoria do Sisejufe e a coordenação do NAS já cobraram soluções em reunião com a direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ).

O clima entre os agentes é de tensão, revolta e apreensão. A maioria dos servidores reclama da postura considerada intransigente e inadequada com que o diretor administra a Dseg. Há, também segundo relatos, problemas de relacionamento interpessoal. Em muitas situações, os agentes afirmam que nem “bom dia” Peixoto deseja aos comandados ao chegar para trabalhar. A situação beira o insuportável, de acordo com declarações de servidores que pedem para não se identificar por temerem algum tipo de retaliação. “Não sou candidato a garoto-simpatia. Não tenho que agradar a ninguém”, é a forma como o diretor se dirigiria aos agentes, o que confirma um servidor.

Agentes encaminham abaixo-assinado

Reflexo do ambiente carregado pode ser detectado pelo resultado de recente abaixo-assinado que correu entre os agentes, no começo do mês de maio. O documento foi encaminhado ao sindicato. Pelo menos 70% deles aderiram ao pedido de providências para estancar a insatisfação na Dseg. Oficiais de justiça e diretores de varas também se dispuseram a assinar o termo. Em seguida, outro documento relatando a situação foi elaborado e encaminhado à direção do foro.

“Estou há quase 26 anos na Justiça Federal e nunca vi uma

situação como essa. Segundo relatos que me passaram, existe a possibilidade de uma saída em massa dos agentes de segurança da Dseg caso as pendências não sejam solucionadas. Os agentes estão dispostos e pensam em se colocar em disponibilidade. A tendência é a saída em massa do pessoal da Dseg”, descreve Carlos Henrique Ramos, o Carlão, agente de segurança, coordenador do NAS e diretor do Sisejufe, ressaltando que foi procurado por dezenas de agentes que reclamavam de problemas com o diretor Eduardo Peixoto.

As queixas vão desde dificuldades de relacionamento pessoal a acusações de que o diretor da Dseg estaria favorecendo servidores mais próximos a ele. Um dos exemplos citados por agentes ouvidos pela reportagem do Contraponto seria a falta de repasse de informações quando são abertas inscrições para cursos de qualificação. “Ele não deixa o pessoal ter acesso aos cursos. É somente o pessoal mais chegado a ele que consegue se inscrever”, afirma um dos agentes que pede para não ser identificado.

Carlão, afirma que “até mesmo quando abre a qualificação para instrutores há problemas. Sempre quem é escolhido para ministrar as aulas faria parte do grupo dele”. O coordenador do NAS ressalta que os agentes estariam vivendo em um ambiente ditatorial: “Todos os pedidos são feitos por ordem de serviço. Ele não aceita sugestão de ninguém. Não há diálogo com ele”.

Indícios de assédio moral

Em reunião com Carlos Guilherme Francovich Lugone, diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), em 16 de maio, o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, o diretor Ricardo de Azevedo Soares, do Núcleo de Pessoa com

Deficiência (NPCD), e a assessora política da entidade, Vera Miranda, cobraram soluções para as denúncias de indícios de assédio moral na Dseg, que seriam praticados por seu diretor, Eduardo Peixoto. Uma comissão de agentes de segurança também participou da reunião.

Segundo Valter, “as relações do diretor com seus subordinados é um problema recorrente. Cria um clima pesado, chegando ao limite do bom convívio, e que começa a ficar insuportável”. O diretor-presidente informou que “as práticas reiteradas de perseguições e humilhações já começam a impactar, inclusive, na saúde de servidores”.

Durante a reunião, os agentes entregaram um abaixo-assinado ao diretor do foro pedindo a tomada de providências e a busca de soluções. Trata-se “de um problema funcional, não podendo ser aceita a falta de isonomia no tratamento entre servidores”, reclamou um dos agentes.

O diretor do foro informou que seria feito um trabalho de grupo com a participação

de psicólogos para analisar as reclamações dos agentes de segurança. Lugone deverá adotar decisão baseada no relatório de Grupo de Trabalho (GT) a ser encaminhado à Dseg. O GT analisará o desempenho gerencial do diretor da Dseg a partir de uma série de reuniões com grupos e entrevistas individuais para ouvir os servidores vinculados aos diversos setores da Dseg.

No entanto, na semana passada o Sisejufe obteve informações acerca de um documento da Seção de Desenvolvimento (Sedes), da Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP), que notifica o cancelamento das reuniões e entrevistas previstas para acontecer em função da quebra de sigilo sobre o que estava sendo tratado nos grupos.

O vazamento para os superio-

res da avaliação dos servidores presentes, expondo as suas opiniões, demonstraria a fragilidade das relações e inviabiliza o trabalho a ser feito. O relatório terá como base as informações já obtidas até o presente momento e tem previsão de conclusão ainda este mês, após reunião com o diretor da Dseg.



Confira o que a reportagem do Contraponto ouviu dos agentes, revoltados com a situação

“No período de maior calor uma portaria permite que os agentes aliviem o uso do terno. Mas, o diretor da Dseg não deixa. Apesar dele mesmo já ter ido trabalhar sem paletó”.

“Ele proibiu que os agentes almoçassem no alojamento para troca de roupa. Mandou o pessoal usar a sala de circuito de monitoramento interno de tevê. Ou seja, temos que comer no meio dos computadores, enquanto há um espaço grande no alojamento”.

“A escolha dos agentes

que ficam no plantão não tem critério. O servidor precisa ‘fechar com ele’ para conseguir entrar na escala que trabalha 24 horas e tem quatro dias de folga. Muitos sofreram retaliações e foram retirados da escala”.

“O diretor mandou abrir uma sindicância contra servidores, baseado no Artigo 117, Inciso 5º da Lei 8.112/90 que proíbe a promoção de ‘manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição”.

“Há mais de um ano instalaram as catracas eletrônicas nas portarias dos foros. O sistema é interligado e quando é ativado

ao mesmo tempo nas entradas provoca sobrecarga. Ele acaba ficando lento até travar. Isso atrapalha o bom andamento do trabalho. O pessoal fez um alerta ao diretor Peixoto para que não fosse encerrasse o contrato de manutenção. Mas não adiantou. Sem contar que ele não dá respaldo aos supervisores. Ele centraliza tudo”. Sobre os detectores de metais usados na entrada da Avenida Rio Branco, “estariam sem contrato de manutenção. Volta e meia temos problemas ao usar as ‘raquetes”.

Contraponto

SISEJUFU: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Raquel Carlucho (MTB 14.923)
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **FOTOGRAFIA:** Acervo Sisejufe

EDIÇÃO: Fortunato Mauro

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 7,5 mil exemplares.



Condições de Trabalho

Diretor da Dseg nega haver problemas no setor

Contraponto: Os agentes de segurança alegam ter problemas com o diretor da Divisão de Segurança (Dseg). A maioria deles reclama da postura intransigente e inadequada do diretor. Há, também, problemas de relacionamento interpessoal. O que senhor tem a dizer a respeito disso?

Eduardo Peixoto: Em princípio, não concordo com as alegações. Porém, a fim de que seja dada uma resposta adequada, seria imprescindível que fossem trazidos tais fatos. Da forma exposta, são atribuídas características sem embasamento, não sendo possível responder da forma que seria mais correta.

Contraponto: Em muitas situações, os agentes relatam que nem “Bom dia” o senhor deseja à eles ao chegar no trabalho. Isso é fato?

Eduardo Peixoto: De forma geral, sempre cumprimento aqueles por quem passo e encontro, sejam agentes, demais servidores, contratados etc. Em regra, chego pelo estacionamento da Sede Administrativa sem passar por nenhum agente, conversando mais com o vigilante daquele posto. O que realmente não ocorre é a procura pelos agentes para cumprimentá-los, até por falta de tempo.

Contraponto: O senhor tomou conhecimento de um abaixo-assinado que foi passado entre os agentes? E que o documento teve a adesão de pelo menos 70% dos agentes cobrando providências para estancar a insatisfação na Dseg? O que o senhor tem a dizer a respeito?

Eduardo Peixoto: Esse abaixo-assinado foi entregue ao Exmo. Diretor do Foro, ao qual prestei informações. Assim, até que o Exmo. Diretor do Foro despache o documento, que tem classificação sigilosa dada por seus autores, entendo que não cabe mais comentário sobre o assunto. Contudo, devo discordar de tal adesão. O aludido documento estava assinado por 17 agentes de segurança da Dseg, sendo a lotação atual em torno de 57 servidores, o que inverte a situação para 30% de adesão, apesar de todos os servidores terem sido convidados a assinarem.

Contraponto: As queixas vão desde dificuldades de relacionamento pessoal a acusações de que o diretor da Dseg estaria favorecendo servidores mais próximos a ele. Isso é fato?

Eduardo Peixoto: Informo que na Dseg não há qualquer tipo de favorecimento. Para uma resposta mais específica seria adequado o relato do fato exato.

Contraponto: Que o diretor não repassa informações quando são abertas inscrições para cursos de qualificação, por exemplo. É isso mesmo que acontece. O que o senhor tem a dizer acerca do assunto?

Eduardo Peixoto: Quanto aos cursos, esse ano foram disponibilizados alguns, como o de Sistema de Controle de Acesso, cuja adesão foi baixíssima, mesmo contando para o Adicional de Qualificação (AQ). O curso de aperfeiçoamento para a manutenção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) também foi modificado para ficar mais atrativo, tendo, no último dia, matéria extra para contagem de AQ. Infelizmente somente houve adesão para a primeira turma e, mesmo assim, com 13 alunos, apesar da turma ter 20 vagas. As duas primeiras turmas da GAS também ficaram com seis vagas ociosas e a terceira foi cancelada por falta de quórum. Houve o teste para um curso que possuía pré-requisitos específicos, para Instrutor de Armamento e Tiro, para o qual apenas dois servidores da Dseg combinavam a habilitação e o conhecimento exigidos para realizá-lo. Tais nomes foram avaliados pelo Exmo. Diretor do Foro, sendo verificado o preenchimento de tais requisitos.

Contraponto: Os servidores alegam que todos os pedidos são feitos por ordem de serviço. Que o diretor não aceita sugestão de ninguém. O senhor concorda com ou contesta isso?

Eduardo Peixoto: Preliminarmente, cumpre esclarecer que o diretor da Dseg não possui autonomia para expedir ordens de serviço. Quanto às sugestões, todas sempre são ouvidas, não havendo relatos de dificuldade de comunicação com esta Direção. Este diretor recebe prontamente todos os servidores. Porém, so-

bre o atendimento dessas sugestões cabe à análise, inclusive sobre os pressupostos de legalidade, oportunidade, conveniência e eficácia dentre outros, sendo de responsabilidade desse diretor sua implementação.

Contraponto: No período de maior intensidade de calor uma portaria permite que os agentes aliviem o uso do terno. Mas, o que dizem é que o diretor da Dseg não deixa que os agentes não usem o terno. O que o senhor tem a dizer?

Eduardo Peixoto: Atualmente a determinação é que se cumpra a Portaria da Direção do Foro, que regulamenta o vestuário dos agentes de segurança, na qual é estabelecido o período de não utilização do paletó em razão da época do ano de maior intensidade de calor. Certifico que durante o período de isenção todos usufruíram dessa prerrogativa, tendo que discordar do acima citado. Fora dessa época o uso do paletó é obrigatório. Dessa forma, entendo que, enquanto vigorar a Portaria em tela, a mesma deve ser cumprida. Cito o § 4º “Nos meses de dezembro a março o uso do paletó ou do blazer pelo agente de segurança é facultativo em ambientes não refrigerados, desde que ele não esteja em acompanhamento de dignitários.”

Contraponto: Outra reclamação é em relação à proibição dos agentes almoçarem no alojamento para troca de roupa. O pessoal passou a usar a sala de Circuito de Monitoramento interno de tevê. Qual o motivo da proibição?

Eduardo Peixoto: Ressalto que não houve qualquer proibição para os agentes almoçarem na citada sala e que, desde 2004, quando tomei posse, a sala de Monitoramento já abrigava a geladeira e o micro-ondas. O dito alojamento é, na verdade, um espaço de atendimento ao público que foi autorizado para o uso, com o compromisso de reversão imediata em caso de necessidade, como em mutirões e outras urgências, o que já ocorreu em certos episódios. Assim, foi orientada apenas a transferência dos armários para o local citado e mantidos os eletrodomésticos na sala de monitoramento.



Contraponto: Que a escolha dos agentes que ficam no plantão não teria critério. Como é feita a escolha dos plantonistas?

Eduardo Peixoto: Não há critérios objetivos tratando-se da distribuição natural do serviço. Atualmente, os agentes que atuam no plantão é de maneira voluntária, da forma que no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), preliminarmente, é demonstrado o interesse, posteriormente esse agente passa a substituir as necessidades eventuais. Em saindo algum integrante da escala ele passa a trabalhar de forma contínua. Igualmente, informo que há pouca rotatividade nesse serviço, assim como nas demais lotações da Dseg, como exemplo há servidores lotados há mais de oito anos na Rio Branco.

Contraponto: Os servidores contestam a instalação do sistema de catracas eletrônicas nas portarias dos foros. Dizem que o sistema é interligado e quando é ativado ao mesmo tempo nas entradas provoca sobrecarga, atrapalhando o bom andamento do trabalho. O pessoal diz que chegou a fazer alerta acerca disso ao diretor mas que não teria dado ouvidos aos questionamentos?

Eduardo Peixoto: Como acima citado, foi oferecido o curso sobre o Sistema de Controle de Acesso, porém houve baixa adesão, de

forma diversa, quem prestou tais informações saberia como o sistema funciona. A especificação do sistema foi realizada em conjunto com a área técnica das demais subsecretarias e foi projetado com um único banco de dados em virtude da existência de vários prédios. Por esse motivo, pode ser estendido a todos os prédios da Justiça Federal, inclusive para as subseções. As áreas técnicas estão trabalhando pra melhorar a velocidade do sistema.

Contraponto: É verdade que os detectores de metais usados na entrada da avenida Rio Branco estariam sem contrato de manutenção?

Eduardo Peixoto: Sim, é verdade. O contrato é de técnicos em eletrônica e pertence à outra subsecretaria. O mesmo está na fase de assinatura e, segundo o responsável, entrará em execução nos próximos dias. Apenas devem, ainda, ser lembradas as rígidas normas que devem ser respeitadas na contratação de serviços ou aquisição de bens na Administração Pública. Nesse período estão sendo utilizados detectores de metais tipo de raquete, conforme normas em vigor. Constam ainda no plano de aquisições deste ano a previsão de novos portais, raquetes e scanners de bagagem para renovação de parte desse material.

Risco de vida permanece na

Condições de Trabalho Após dois anos da tragédia em Nova Friburgo servidores ainda



Morro em frente a Subseção de Nova Friburgo ainda ameaça deslizar

Mais de dois anos após a tragédia das chuvas na Região Serrana, os servidores da Justiça Federal de Nova Friburgo ainda se sentem inseguros toda vez que chega aviso de frente fria ou de chuvas. Passado todo esse tempo, a ausência de solução para a contenção do morro em frente à sede da Justiça Federal, que desabou parcialmente e atingiu o prédio durante as chuvas de janeiro 2011, ainda não aconteceu.

O tempo passa e até agora nem o morro sofreu intervenção de contenção da encosta nem os servidores mudaram de prédio. Ainda em 2011, o Sisejufe encaminhou requerimento à Administração da Justiça Federal solicitando providências imediatas para sanar o risco aos servidores e usuários da Justiça de Friburgo. Na ocasião o sindicato apresentou um laudo geotécnico sobre as condições do talude em que comprovava a instabilidade do terreno do morro e o risco de desabamento frente a uma chuva mais forte. Dois anos depois continuamos cobrando da Administração a mudança da

Subseção da Justiça Federal de Nova Friburgo para outro local, bem como providências no sentido de instar os órgãos competentes a executarem obras de contenção no morro para evitar que em outra chuva forte, outra tragédia ocorra.

Em reunião com o diretor do Foro da Seção Judiciária

do Rio de Janeiro (SJR)), Carlos Guilherme Franco-vich Lugones, mais uma vez pautamos a urgência em dar solução para a situação daquela Subseção. Após ouvir a Direção do Sisejufe, Lugones afirmou que solicitará ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) o laudo realizado pela Diretoria de In-

fraestrutura sobre a situação do talude, bem como todas as informações referentes a esse processo, para tomada de providências. Carlos Lugones também argumentou que já existe um terreno da União destinado a construção do prédio da Subseção de Nova Friburgo, e que os serviços de contenção devem



Carlos Lugones solicitaria laudo da Diretoria de Infraestrutura do TRF2

Subseção de Nova Friburgo

ela esperam uma solução para mudança do prédio

ser realizados pela Prefeitura do município. Os diretores do Sisejufe também lembraram que a Justiça Federal precisa, com base nos laudos, instar os órgãos competentes do Poder Público local e estadual para executarem as obras necessárias de contenção no morro.

Área da nova sede é domiciliar

Em reunião com o diretor da Subseção de Nova Friburgo, Elmo Gomes de Souza, a assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, informou sobre a reunião com o diretor do Foro da SJRJ. Na ocasião o Sisejufe teve acesso ao escritório da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Nova Friburgo informando que na Divisão de Edificação de Obras Particulares (DEOP) não foi encontrada a planta do terreno



Servidores se reúnem com Sisejufe e pautam seus problemas

de 4.960,00m² do terreno da União, como também a planta do desmembramento onde deverá ser construído

o prédio da Justiça Federal. Além disso, o escritório também notifica que a área em questão está situada em uma

Zona de Requalificação Urbana (ZRU-1) e que a legislação ambiental determina que o uso dessa área possa ser

apenas residencial unifamiliar. O escritório já foi encaminhado para a Diretoria do Foro para as providências cabíveis.

Servidores reclamam das péssimas condições de parte do teto

A tragédia de 2011 ocorrida pelos fortes ventos e chuvas que assolaram a cidade de Nova Friburgo e região, nas quais mais de três mil pessoas morreram, ainda deixam vestígios no prédio da Subseção da Justiça Federal de Nova Friburgo, que sofreu com os prejuízos causados pelo deslizamento de parte do morro situado em sua frente

péssimas condições de parte do teto do prédio que, devido aos prejuízos causados pela queda de muitas árvores deixaram, se encontra em péssimas condições de uso. O problema está nos banheiros que não possui o forro do teto e quando acontece à manutenção das caixas d'água ele fica interditado e não pode ser utilizado.

vindiquem a mudança para um novo prédio até que o mesmo esteja disponível eles solicitam que, então, sejam tomadas as devidas medidas para que o prédio volte ao seu estado normal.

Até o presente momento os estragos no teto, causados pela chuva de 2011, não foram solucionados, e a demora se dá pela burocracia envolvendo as licitações.



Banheiros em condições precárias de uso

Um desses vestígios são as

Embora os servidores rei-



Nova turma de espanhol para iniciantes no Sisejufe/Sintrasef. Aos sábados.

Sábados, das 8h30min às 12h30min. Presidente Vargas, 509, 11º andar. Início no dia 6 de julho.

Professores licenciados, com Dele Nível Superior e Pós-graduandos pelo Instituto Cervantes.

Inscrição: formacao@sisejufe.org.br

Informação: roberto@sisejufe.org.br ou no telefone: 9189-9746

Mensalidades: Filiados ao Sisejufe e aos sindicatos CUTistas, R\$ 80.

Demais Alunos R\$ 100.

Campanha leva oficina d

Saúde

Campanha segue firme com a realização das Oficinas de Saúde e C

As Oficinas de Saúde iniciam série a ser aplicada o ano todo no interior e na capital, dando continuidade ao trabalho realizado no Programa de Saúde do Sisejufe: identificando demandas acerca da satisfação do trabalhador; criando estratégias de promoção da saúde mental, física e emocional; auxiliando na conscientização, no servidor, sobre si mesmo, emocional e corporalmente, promovendo a justa expressão da percepção de seus sentimentos, logo adoecendo menos. Para tanto, o Departamento de Saúde do Sisejufe lança mão de dois elementos aplicados nas Oficinas de Saúde e Qualidade de Vida: a Arteterapia e a Terapia Milenar Chinesa (TMC).

O mês de junho foi escolhido para início dessas atividades e, no planejamento da campanha, foram pensadas a realização de 15 oficinas para este ano, porém, pensa-se abranger mais cidades. O ciclo começa pela Justiça Federal, mas a meta é alcançar todos os setores do Judiciário.

Resende inaugura ciclo

Dia 7 passado, os servidores da Subseção de Resende receberam a equipe de Saúde do Sisejufe. Eles, além de obterem as informações gerais, também receberam esclarecimentos sobre a “Pausa dos 10 minutos a cada 50 trabalhados”, que é

parte do programa geral de saúde da atual gestão do sindicato.

A Oficina de Saúde e Qualidade de Vida do Sisejufe, primeira a ser aplicada no interior, focalizou a necessidade, a satisfação, o contato do servidor consigo mesmo e o alívio do estresse, utilizando para isso os canais expressivos da Arteterapia, que apropria diferentes recursos expressivos como as Artes Plásticas, a Música, a Expressão Corporal, as Artes Cênicas, a Literatura e as Artes Manuais aliadas a uma leitura simbólica do fazer artístico, realizada por meio da articulação entre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e a Análise Psicorgânica, de Paul Boyesen.

Segundo Maria Carolina Nani, psicoterapeuta, facilitadora das Oficinas, que tem pós-graduação em Psicoterapia Corporal e em Psicologia Biodinâmica e Análise Psicorgânica pela École Française d’Analyse Psycho-Organique (Efapo), a serviço do Sisejufe, “os materiais e técnicas são ‘instrumentos expressivos’ que facilitam o processo criativo transformador do mundo interno e externo, harmoniosamente unidos, conduzindo a uma ampliação da visão consciente, abrindo novas possibilidades de criação e de realização de ideais”.

Expressões lúdicas

De início, foi trabalhado o ca-



Servidores em Resende apontam resultados: alegria, bem estar, tranquilidade, harmonia e boa convivência

nal da Expressão Corporal, com o qual se buscou os movimentos espontâneos dos servidores, utilizando a criatividade para a busca de novos movimentos.

Na continuidade, o canal expressivo da Literatura, a história em si, trouxe uma abundância de imagens, facilitando uma identificação do indivíduo com os seus personagens e conteúdos de forma a facilitar o falar de si mesmo, de seus conflitos e desejos. Nesse caso, o tema central, a sua verdade, a sua necessidade a partir da história foi trabalhada na oficina. Um fato interessante, observado no processo da oficina realizada em Resende, deu-se com a percepção da necessidade do tempo da pausa, de interagir

com o outro, tempo de ouvir verdadeiramente, de refletir e, como quando se estar distante disso perde-se o contato com a consciência do que se precisa para o encontro da satisfação.

A partir do contato com o tema da história foi sugerido que os participantes trouxessem um símbolo através do canal das Artes Plásticas. A realização do trabalho plástico promove a concentração, o desligar-se do externo. Centrando-se no material, o indivíduo vivencia a harmonia, a paz, a quietude. Configura-se, assim, um espaço de descanso, no qual o sujeito pode olhar para outros focos que não seja a situação em si.

O canal expressivo da Música, aliado permanente aos demais canais, propiciou um olhar voltado para o interior do indivíduo. Sabe-se que ondas sonoras são captadas não apenas pelo ouvido, mas também pelas células sensitivas do corpo todo, de forma que a música atua constantemente sobre nós, acelerando ou retardando, regulando ou desregulando as batidas do coração; relaxando ou acelerando; influenciando na pressão sanguínea, na digestão e no ritmo da respiração.

Ao término das oficinas fica patente a diferença, para cada um dos indivíduos, do momento inicial, tendo cada participante compartilhado, com palavras chaves, a sua experiência, a sua “alegria”, o

seu “bem estar”, a sua “tranquilidade”, a “harmonia” e a “boa convivência”.

Especialista e servidores avaliam

Maria Carolina Nani, ao final, avaliou como muito positiva a realização da oficina de Resende e o grau de participação dos servidores da Justiça Federal daquele município. Segundo Nani “a expectativa é de um aumento progressivo de participação na medida em que os efeitos positivos sejam confirmados pelos que já participaram”. Além disso, para ela as oficinas levam as pessoas “a se reconectar com as suas reais necessidades para manutenção da saúde e da qualidade de vida”. A especialista chama a atenção para a pausa no trabalho como espaço para evitar o adoecimento.

Maria Carolina afirma que “estudos mostram que no momento em que o indivíduo é acometido por uma doença ele se vê obrigado a parar. Parar para se cuidar, para ouvir suas próprias necessidades, para ouvir o que o outro tem a dizer a respeito do que ele precisa, para refletir sobre seu processo de vida. Pausar é cuidar de si. Pausar é escutar a sua própria história, reconectando com a sua necessidade”.

Conforme informações dos servidores a oficina realizada no dia 7 de junho, “foi gratificante e muito bem recebida por eles”, que salientaram que há muitos



Foto: Raquel Carlucho

Em Nova Friburgo a demanda por Fisioterapia mostrou-se bastante grande

Le Saúde para o interior

Qualidade de Vida nas subseções das Justiças Federais do estado

anos ocorriam, com mais frequência, atendimento desse nível aos servidores, “mas que, atualmente, estão abandonados por serem do interior”.

Eles acreditam que seria importante a presença do Sisejufe com mais atividades desse porte. Os servidores estão aguardando que sejam realizadas com mais frequência essas oficinas para o bom desempenho do trabalho.

Oficina em Nova Friburgo

Dia 11 de junho as Oficinas de Saúde e Qualidade de Vida chegaram à Subseção da Justiça Federal de Nova Friburgo e os servidores desse município também puderam obter informações da campanha, assim como receber orientações acerca de um de seus principais motes, a “Pausa dos 10 minutos a cada 50 trabalhados”.

A assessora política do sindicato, Vera Miranda, aproveitou para informá-los que a direção do Sisejufe pautou, na reunião com o diretor do Foro, juiz Carlos Guilherme Francovich Lugones, a necessidade da retomada da política de prevenção de saúde, bem como o deferimento para uso da sala de atendimentos por um profissional a ser pago pelos próprios funcionários, até que novo convênio se estabeleça pela Justiça Federal.

Carlos Lugones afirmou que estão envidando esforços para

que as licitações sejam finalizadas o mais breve possível e que a política de prevenção à saúde chegue a todas as subseções da Justiça Federal.

Quanto ao pedido para uso da sala de atendimentos na subseção de Nova Friburgo por profissional contratado pelos servidores, enquanto a Justiça Federal não retomar a prestação do serviço, Carlos Lugones sugeriu que o diretor da Subseção de Nova Friburgo, juiz Elmo Gomes de Souza, apresente a demanda para que possam dialogar no sentido de resolver tal questão.

Demanda significativa

A demanda por atendimento fisioterapêutico, que diminui o estresse e as dores osteomusculares, para os servidores de Nova Friburgo é tão significativa que o atendimento por parte do Sisejufe, que seria das 14 às 17h, com a grande procura, prolongou-se até às 19h.

Mais de 18 servidores participaram da terapia que movimentou a Vara da Justiça. A oficina foi realizada pelo fisioterapeuta e especialista em Medicina Tradicional Chinesa (MTC), Antônio Carlos Lopes Coelho, do Sisejufe.

Na oportunidade o fisioterapeuta Antônio Carlos utilizou algumas técnicas para relaxamento e alongamento para os servidores com problemas de

hérnia lombar; para o estresse, através da acupuntura; para bursite, com acupuntura e spirotaing; insônia; perda de peso, para parar de fumar e eliminação de edemas.

Para os servidores do Judiciário em Nova Friburgo, a oficina foi produtiva e a adesão chegou a mais de 80%. Segundo eles, a iniciativa do Sisejufe foi de extrema importância e, por isso, solicitaram que ocorram mais eventos desse tipo, com menor periodicidade, uma vez que, para eles “é saudável e as pessoas ficam mais à vontade em seus locais de trabalho”, assim como “que mexe com a sensibilidade e com o humor dos servidores”.

Em Niterói, servidores prestigiam

Em Niterói a Oficina de Saúde ocorreu no dia 13 de junho sob o comando da coordenadora do Departamento de Saúde do Sisejufe, Helena Cruz, servidora lotada na Justiça Federal de Niterói.

Lá, os servidores têm política de prevenção à saúde instituída pela Justiça Federal. Ainda assim, mais de 10 servidores foram atendidos com técnicas da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e receberam material de divulgação do “Pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados”.

Para Helena Cruz, “tão importante quanto levar um aten-



Foto: Anderson Paixão

Em Niterói, a curiosidade foi pela Medicina Tradicional Chinesa (MTC)

dimento ao servidor é conscientizá-lo dos impactos do teletrabalho e da necessidade de prevenção”. Segundo ela, os servidores passam longos períodos sentados em frente às telas de computadores, “quase imóveis, fazendo movimentos repetitivos sem parar, utilizando móveis e equipamentos com pouco ou nenhum critério ergonômico e, quando se dão conta, já adquiriram a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) ou o Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (Dort);

sofrem de ansiedade, estresse e depressão”.

A dirigente do Sisejufe lembra aos servidores e às administrações que, “para prestarmos serviço de qualidade com celeridade, é preciso, antes de tudo, ter saúde e qualidade de vida. A pauta da política de prevenção à saúde é prioridade máxima da nossa gestão, vamos continuar pautando as administrações, vamos continuar no interior e na capital, informando e prestando assistência até que essa política esteja consolidada”.

Especialistas: objetivos são alcançados

A psicóloga em Biodinâmica e psicoterapeuta Maria Carolina Nani relata que a experiência adquirida com a Oficina de Saúde realizada em Resende, teve como objetivo focalizar a necessidade do contato pessoal e a satisfação dos servidores em seu local de trabalho. Sendo assim, Carolina afirma que pode observar que os servidores ficaram satisfeitos e, pelo questionário respondido, saíram dela mais descontraídos, menos mal humorados e sentiram uma grande diferença corporal, diferente de quando iniciaram.



Foto: Vera Miranda

Porém, a ansiedade é o problema da maioria deles, devido ao acúmulo de atividades e falta de exercícios laborais.

Segundo, Nani, o acúmulo de

estresse, faz com que os servidores se sobrecarreguem de energias negativas e a Oficina ofereceu a oportunidade do autoconhecimento do próprio eu de cada servidor. Ela finaliza afirmando que os participantes da atividade saíram satisfeitos e que a campanha sua “Saúde é a nossa Pauta”, deve estar mais presente na vida dos servidores. Para ela, o bem estar, a tranquilidade e o diálogo entre eles é extremamente importante para a saúde e também para o bom andamento do trabalho.

De acordo com o fisioterapeu-

ta Antônio Carlos Lopes Coelho, a iniciativa de levar melhor qualidade de vida aos servidores da Justiça Federal foi positiva, uma vez que, além de levar conhecimento aos servidores das possíveis patologias adquiridas na atividade, da função exercida, a oficina também deu conta das possíveis terapias da Medicina Tradicional Chinesa (MTC).

Segundo o fisioterapeuta, no início houve uma resistência, mas depois todos se “soltoaram”, e a reciprocidade foi muito boa. Para ele, a oficina foi muito positiva porém,



Foto: Anderson Paixão

afirma que é preciso a continuidade do tratamento para que se possa chegar até a cura de cada problema. E isso dependerá de cada caso.

Queda de braço do auxílio-moradia para juízes

Magistratura

Decisão final caberá ao Supremo Tribunal Federal

Pequenas batalhas vão sendo travadas entre tribunais, entidades representativas e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até que o Supremo Tribunal Federal (STF) tome pra si a decisão final. A questão do auxílio-moradia toma tempo e, talvez muito dinheiro, de magistrados, do Judiciário e, finalmente, da população brasileira, que observa tais batalhas sem bem entendê-las, uma vez que ela mesma não tem muitos dos direitos que têm os magistrados.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é quem vai decidir se magistrados devem ou não ter o benefício do Auxílio-moradia. A demanda chega até a alta Corte do país não por obra do acaso, mas pela carência de uma decisão final que compete somente a ela e, também, pelo fato de o STF ter iniciado o julgamento de um Mandado de Segurança acerca do tema ainda em 2009, mas que foi interrompido por pedidos de “Vista”. A questão retornou à pauta do Plenário em novembro do ano passado, libe-

rada pelo ministro Dias Toffoli. Alguma decisão, possivelmente, ocorrerá em breve.

Com os vetos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todas as tentativas de tribunais inferiores e de entidades representativas de fazer valer decisões de instâncias menores, compete ao STF bater o martelo com seu veredito final, dando ou não legalidade à questão, encerrando-a.

CNJ suspende pagamentos

Mesmo com decisões contrárias pontuais, como nos casos dos tribunais regionais do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá), da 9ª (Paraná) e da 13ª (Paraíba), que instituíram o auxílio-moradia para juízes por meio de resoluções que foram julgadas e interrompidas pelo conselheiro Emmanoel Campelo, o CNJ conseguiu, até aqui, segurar uma demanda que poderia custar ao erário uma pequena fortuna para cada juiz ou ministro. Com a retroatividade, adicionados os valores do vale-

-alimentação, dependendo de qual tribunal, os magistrados poderiam embolsar, cada um, entre 180 a 500 mil reais.

Em sua decisão liminar, o CNJ interrompeu, por exemplo, o pagamento do auxílio-moradia para juízes da Justiça do Trabalho na Paraíba, o que representou uma economia de cerca de R\$ 3,1 milhões, anualmente. O benefício foi criado por meio de uma resolução administrativa - aprovada em março -, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB), 13ª Região, que entraria em vigor 60 dias após sua publicação.

O pedido foi feito pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho na Paraíba (Amatra-PB) e a solicitação de suspensão pelo procurador federal Carlos André Studart Pereira, que pediu providências ao CNJ.

Carlos Coelho, desembargador, presidente do TRT-PB, defendeu, mesmo assim, a legalidade do pagamento. De acordo com ele, o auxílio-moradia está previsto na Lei Orgânica da



Magistratura Nacional (Loman) e o TRT-PB entendeu, ao editar a resolução, que haveria a possibilidade de pagamento, caso existisse dotação orçamentária. Coelho ressaltou, no entanto, que como presidente acata prontamente a medida do CNJ. Mas Adriano Dantas, presidente da Amatra-PB, não ficou satisfeito com a decisão do CNJ e justi-

ficou sua crítica afirmando que o pagamento tem previsão legal.

Além do TRT-PB, a liminar de Emmanoel Campelo também suspendeu os pagamentos do auxílio-moradia no TRT da 8ª Região (Pará e no Amapá) e no TRT da 9ª Região (do Paraná). Os valores do benefício variavam entre R\$ 3,5 e R\$ 3,9 mil para cada juiz.

Entenda o caso

Ajufe requereu ao CJF o reconhecimento do auxílio-moradia

Em 10 de novembro de 2009 a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) entregou aos membros do Conselho da Justiça Federal (CJF) um memorial no qual requeria a “regulamentação da ajuda de custo para moradia” que, segundo a entidade, tal direito estava “expressamente previsto no Artigo 65, II, da Lei Complementar nº 35/79 a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman)”. A entidade elaborou o memorial para justificar a acumulação da ajuda de custo com o auxílio-moradia, com base na Loman.

Em seu texto, a Ajufe salientava que os tribunais superiores reconheciam a seus membros e aos juízes por eles convocados o direito à

ajuda de custo para moradia. Além disso, afirmava que o CJF “corretamente” reconhecia aos magistrados (e servidores) da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus “a percepção da ajuda de custo de acordo com o Artigo 96 e seguintes da Resolução nº 4, de 14 de março de 2008”. O Artigo 96 prevê a ajuda de custo para indenização de despesas de instalação nos casos de exercício em nova sede, mudança de domicílio e interesse do serviço.

O documento da entidade dos juízes destacava, também, que a ajuda de custo contemplava, ainda, as despesas com transporte do magistrado, de sua família e de seus bens, e ressaltava que “aos servidores da Justiça Federal é também re-

conhecido o direito à percepção da ajuda de custo para moradia (negada aos magistrados), sem prejuízo do pagamento da ajuda de custo”. No entendimento da Ajufe, “isso não poderia ser diferente, porque as duas parcelas indenizatórias (ajuda de custo e auxílio-moradia) têm fundamento em incisos distintos do artigo 51 da Lei nº 8.112/90. O mesmo raciocínio deve ser aplicado aos magistrados uma vez que a ajuda de custo e o auxílio-moradia também estão previstos nos incisos I e II do artigo 65 da Loman”.

Argumentando e reconhecendo o “direito” à percepção da ajuda de custo para moradia dos ministros e juízes convocados do STF e do STJ, bem como aos membros e juízes convocados

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Ajufe pedia que fosse “reconhecido aos magistrados federais de primeiro e segundo graus o direito à percepção da ajuda de custo para moradia/ auxílio-moradia, previsto no Artigo 65, Inciso II, da Lei Complementar nº 35/79, tendo como parâmetro o valor fixado para os ministros do Superior Tribunal de Justiça”.

ESTF e CNJ?

Desde 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu e rejeitou algumas liminares acerca do tema. Há quatro anos, o ministro Celso de Mello negou para um desembargador aposentado de Mato Grosso do Sul (MS), pedido de retorno do auxílio cortado de seu salário

pelo CNJ, que definiu, quando analisava os procedimentos relativos à Mato Grosso do Sul, ao Amapá e a Rondônia, que o pagamento era irregular.

Na rejeição do pedido, o ministro observou que as regras previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), entre elas a do auxílio-moradia, não podiam ser ampliadas por legislação estadual, destacando que a previsão da norma é a da possibilidade de pagamento apenas para os que necessitem de “ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição” e que o benefício se destina a “indenizar” o magistrado que não tem casa própria na localidade onde trabalha.

Passeata dos Mais de 100 mil: o retorno às ruas

Conjuntura Estudantes e trabalhadores se inscrevem na História e retomam as ruas com a força digna de brasileiros

A imensa manifestação do dia 17 de junho levou mais de 100 mil as ruas do Centro do Rio de Janeiro e se espalhou por 11 capitais no país, pegou de surpresa a mídia, os governantes e boa parte da população brasileira



Fotos: Raquel Carlucho

Estudantes e trabalhadores toamaram a avenida Rio Branco, Centro do Rio

O movimento que começou contra o aumento das passagens de ônibus em algumas capitais, transformou-se em eco para as diversas insatisfações da população em geral, com as mais diversas pautas, dos mais diferentes segmentos. Um movimento de articulação difusa que, apesar da participação de segmentos organizados, trouxe em sua maioria participantes que aderiram de forma espontânea a grande chamada nas redes sociais.

“Mais Saúde, Educação e Segurança” foram pautas tanto reivindicadas quanto “Qualidade no sistema de transportes públicos”; “Políticas de sustentabilidade e respeito ao Meio Ambiente”, que dividiam espaço com palavras de ordem tais como “Pelo fim da corrupção” e “Contra PEC 37”, que veda o direito de investigação pelo Ministério Público. A “Garantia do direito de ir e vir” e de “Livre manifestação” também constavam nos carta-

zes carregados por estudantes, trabalhadores e populares.

O Movimento Passe Livre (MPL - contra o aumento das passagens em todo o país), tornou-se gigante após a repressão da polícia aos manifestantes em diversos estados, em atos que questionavam, também, os investimentos realizados pelos governos para a Copa do Mundo a ser realizada no Brasil, em 2014.

O despreparo e a violência policial desmedida das polícias, somados a omissão e a falta de diálogo por parte de governos, e o uso da rede social como espaço organizativo e disseminador, foi o fermento que fez crescer não somente na cidade do Rio, como em todo país, o movimento, como não acontecia desde as “Diretas Já”.

Uma faixa dizendo “Somos a Rede Social” abriu a passeata e, com ela, vinham manifestantes que reivindicavam um movimento sem vinculação partidária e que gritavam a palavra de ordem

“Sem partido, sem político”.

No entanto, a grande marcha também abrangeu militantes de diversos partidos políticos, centrais sindicais, movimentos estudantis e diversos setores organizados da sociedade.

O maior ato realizado até então, o do Rio de Janeiro em quantidade de pessoas e articulação territorial traz um alerta às instituições e governantes que comandam os rumos do país. A insatisfação direcionada aos mandatários dos executivos municipal, estadual e federal também abrangeu outros institutos como o Legislativo, o Judiciário e a parcialidade da mídia. A diminuição das desigualdades é mais do que um desejo, é uma exigência da ampla maioria dos que marcharam, ainda que setores conservadores, também presentes na marcha, buscassem cooptar o movimento para suas próprias pautas.

Através das redes sociais a mobilização tomou contou de várias capitais no Brasil. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São



Sisejufe sempre presente!

Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Salvador fizeram marchas que chamaram a atenção da sociedade e da imprensa nacional e internacional. Na pauta, não mais os R\$ 0,20 centavos majorados nas passagens, mas a dignidade, o respeito, a saúde, a educação, a democracia, além da busca em mostrar demonstrar para todo o mundo que os brasileiros não pensam apenas em futebol e Carnaval.

Os dirigentes do Sisejufe estiveram presentes na manifestação e relataram a grandeza do movimento. “Desde as ‘Diretas Já’ não vimos uma adesão tão intensa da população a uma atividade de protesto. Os governantes precisam entender e dar respostas ao movimento que está nas ruas, sob pena de perderem o bonde da História”, reflete Valter Nogueira Alves, presidente da entidade.

Funpresp-Jud: desconto somente a partir de 12 de outubro

Previdência Secretário de Gestão de Pessoas do STF alerta para possível equívoco da Previ

Os servidores do Judiciário Federal de todo o país só vão poder aderir e começar a contribuir para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) a partir de 12 de outubro de 2013, e não conforme a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) do Ministério da Previdência Social que prevê a participação do servidor a partir de 26 de junho. O alerta é do secretário de Gestão de Pessoas do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira.

Segundo o secretário, a Previc tem entendimento diferente do que o STF avalia em relação aos prazos de entrada em vigor do Funpresp-Jud. Amarildo Vieira explica que a lei que cria o Regime de Previdência Complementar (RPC) – a 12.612/12 – determina a implementação de plano de benefício por contribuição definida. O servidor que for participar deverá ser descontado em 8,5% de seu salário para o novo fundo. Pela nova legislação, o funcionário se aposentará tendo como limite o teto do INSS, atualmente em R\$ 4.159. Se quiser receber mais, deverá aderir ao plano

de Previdência Complementar. A adesão é voluntária para os antigos servidores.

Amarildo Vieira diz que o desconto para o plano vale somente para quem entrar depois que o fundo for instituído. Ele explica o andamento histórico do fundo: “O STF já baixou resolução criando o fundo. A proposta de estatuto foi aprovada pela Previc. Mas o plano precisa de aprovação pela própria Previc. O entendimento dessa está equivocado em relação ao prazo. Ela acha que a lei determina que tudo passa a valer a partir de 26 de junho. Para nós do STF, não é assim. A

lei dá dois prazos. Um é a seis meses após a aprovação para criar o fundo, o que o Supremo fez baixando a resolução em 29 de outubro de 2012. A resolução é a carta de intenção de criação do fundo. A partir daí, a lei determina 240 dias para aprovação do estatuto por parte da entidade regulatória, no caso a Previc. Mandamos o dossiê para a Previc em janeiro, que foi aprovado em fevereiro desse ano. Por isso, o prazo de 30 de outubro a 15 de fevereiro não contabiliza. O prazo começa mesmo em 16 de fevereiro, dia da publicação da aprovação e termina em 12

de outubro deste ano, quando passa a valer a adesão”. Amarildo Vieira esteve como palestrante no Seminário Jurídico do Sisejufe, realizado em 14 e 15 de junho.

Segundo o secretário, o novo fundo receberá um aporte inicial do governo de R\$ 25 milhões a título de antecipação patronal. O restante das contribuições virá das adesões que os servidores farão voluntariamente. “Mas o governo acaba estimulando a participação do servidor quando também participa com o recolhimento da parte patronal”, afirma Amarildo Vieira.

Convênio Sisejufe/Unimed muda administradora mas não altera contratos

Os servidores do Judiciário Federal que têm o plano de saúde Unimed/Sisejufe estão recebendo carta com informação de que a administração do convênio médico passou a ser feita empresa Qualicorp. A direção do Sisejufe faz um alerta aos servidores: a mudança não representa alteração alguma nas características e nas

condições contratuais do seu plano atual.

A empresa informa que todas as coberturas contratadas, as carências, a rede médica própria e/ou credenciada, os valores mensais do seu plano e as condições de pagamento, assim como os tratamentos programados ou já em andamento, não sofrem alterações ou interrupções.

Em período de transição, os beneficiários devem se reportar aos mesmos canais de contato, telefones e endereço da antiga administradora, que atende normalmente no horário de 8h30 às 17h30.

Qualquer outra informação, entrar em contato com o Sisejufe: 21 2215-2443, com Silvana ou Simone.

Sisejufe realiza Seminário Jurídico



Aconteceu nos dias 14 e 15 de junho, o Seminário Jurídico do Sisejufe que contou com a participação de servidores do Judiciário Federal de várias localidades do país.

No evento foi lançada a campanha de Combate ao Desvio de Função e foram debatidos temas tais como a Aprovação do PCS4, Greve e Direito de Greve, Negociação Coletiva no Serviço Público e Histórico e Perspectivas após a aprovação da Lei. 12.774/2012,

além de Previdência do Servidor Público.

Entre os palestrantes estiveram presentes o assessor Jurídico do Sisejufe, Rudi Cassel, o secretário de Gestão de Pessoas do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira, do diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, do militante do Sintrajud/SP, Demerson Dias, e Rogério Viola, assessor jurídico do Andes-Sindicato Nacional, Seção UFRGS e da Assufrgs.

SISEJUFÉ / **Unimed** 
Rio

Sisejufe/Sintrasef, Formação da CUT-RJ e FEUDUC apresentam
Curso de Extensão Universitária

MARX E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Início dia 18 de julho, sempre as segundas-feiras,
às 19 horas, no auditório do Sisejufe
(Avenida Presidente Vargas, 50911º andar – Centro)

Sisejufe vai ao STF para obter correção do reenquadramento

Carreira Decisão do colegiado do CNMP atende proposta de reenquadramento

O Sisejufe apresentará requerimento administrativo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os servidores filiados recebam tratamento isonômico ao dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no que diz respeito à regulamentação da Lei 12.774, de 2012

A decisão unânime do colegiado do CNMP no PCA 423/2013-52, que atende a proposta de reenquadramento elaborada pelos servidores, deve ser ampliada ao pessoal também do Poder Judiciário da União, pois evita ilegalidades e injustiças, ao contrário da “solução” apresentada pela Portaria Conjunta nº 1, publicada em 23 de maio, assinada pelo STF, CNJ, Tribunais Superiores, CJF, CSJT e TJDF.

Entenda o caso

Respectivamente, para os servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Poder Judiciário da União, as Leis 12.773 e 12.774, de 2012, reduziram os padrões das carreiras de 15 para 13 níveis, reunindo os

antigos padrões A1, A2 e A3 em um novo padrão A1.

Essa alteração nas tabelas de padrões gerou alguns problemas: os servidores que acabaram de ingressar nessas carreiras chegarão ao topo dessas percorrendo apenas 13 padrões (12 anos), enquanto que para os servidores posicionados do antigo A3 em diante continuam necessários 14 anos de atividade para chegar ao topo da carreira. As consequências evoluem para preterição do critério da antiguidade no desenvolvimento na carreira, pois o que ocupava o nível A1 passará à frente de colegas mais antigos, e prejuízo no cálculo previdenciário, vez que o antigo A1 terá média remuneratória maior que colegas mais antigos.

Para resolver esse problema,

várias entidades de servidores do Poder Judiciário da União apresentaram requerimentos administrativos aos órgãos acima mencionados, para fazer correções nos reenquadramentos dos servidores nas novas tabelas de padrões previstas na Lei 12.774.

A proposta é simples: acrescentar um padrão aos servidores enquadrados no antigo A2 e dois padrões aos servidores enquadrados nos padrões subsequentes.

Vitória deve ser ampliada

O plenário do CNMP aprovou no dia 21 de maio, por unanimidade, o PCA nº 423/2013-52, que “requer que seja dada nova interpretação à Lei nº 12.773/12, devendo a administração desse Conselho Nacional aplicar as normas não derogadas da Lei nº

11.415, de 2006, com o reenquadramento dos servidores no padrão condizente com a quantidade de progressões/promoções alcançadas.”

Na prática, os servidores do CNMP serão reenquadrados na forma defendida pelos servidores do Poder Judiciário da União, ou seja, permanecerão nominalmente na classe e padrão em que estavam localizados antes da aplicação da nova Lei.

Portaria Conjunta nº 1 deve ser corrigida

A regulamentação da Lei 12.774/12, expedida pelos órgãos do Poder Judiciário da União



acima mencionados, traz como “solução” para o problema do reenquadramento o congelamento dos servidores posicionados nos antigos padrões A1 e A2.

Essa proposta é ilegal, vez que na Lei 11.416, de 2006, está claro o prazo para progressão: interstício de um ano.

A Portaria deve ser alterada no que diz respeito ao reenquadramento. A única solução possível é a proposta apresentada pelos servidores e adotada pelo CNMP.

Fonte: Cassel & Ruzzarin Advogados

Sisejufe representa contra juíza da 12ª Vara Federal

O Sisejufe apresentou à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região nova representação contra a juíza Edna Kleeman, titular da 12ª Vara Federal

Em 2011, durante o movimento de greve deflagrado pela categoria em prol da aprovação do Projeto de Lei 6.613/2009, por ordem da magistrada, dois diretores do Sisejufe e outros

dois servidores do Comando de Greve foram impedidos de dar informes sobre o movimento grevista aos servidores da 31ª Vara Previdenciária, então titularizada pela magistrada.

Na ocasião, os diretores do Sisejufe ainda intentaram marcar reunião com a magistrada para tratar do incidente, mas foram informados que ela não recebia dirigentes sindicais. Contra essa atitude, contrária à liberdade e representação sindicais, e também ao próprio direito de greve, o Sisejufe propôs representação que restou arquivada pelo então corregedor, após a magistrada se comprometer a permitir a entrada de até dois servidores na Secretaria da Vara.

Ocorre que, em episódio

recente, durante visita que é feita nas secretarias das Varas para distribuição do jornal do Sisejufe (Contraponto), a magistrada, que agora é titular da 12ª Vara Federal, postou-se perante os representantes do sindicato e informou que somente na presença dela eles estariam autorizados a falar aos servidores da 12ª Vara.

Entendendo que a atitude da juíza não se coaduna com a liberdade sindical assegurada pela Constituição Federal, já que o contato dos dirigen-

tes sindicais com os demais integrantes da categoria tem por finalidade permitir o conhecimento dos problemas enfrentados pela mesma, da qual a magistrada não faz parte, o Sisejufe apresentou nova representação perante a atual corregedora, desembargadora federal Salete Maccalóz, e agendará audiência para tratar do assunto com a mesma.

Fonte: Cassel & Ruzzarin Advogados

Adesão de servidores aos cursos online é grande

Qualificação Convênio do Sisejufe se demonstra acertado

Após um mês e meio da implantação das aulas online do Sisejufe a procura tem sido grande e a demanda aumenta a cada dia, totalizando, até agora, 191 servidores sindicalizados inscritos

A iniciativa é um convênio exclusivo com a “Multiplus Online”, que mantém parceria com a Universidade Cândido Mendes (Ucam). São módulos de 40 horas em cursos a distancia para os sindicalizados. Os participantes não têm nenhum custo. Os alunos podem acessar o material didático e, ao final, farão uma avaliação. Se aprovados ganham o certificado de conclusão.

As aulas são ministradas por professores com alta qualificação. Os cursos somam mais de mil horas, divididas em 25 módulos de 40 horas e abrangem áreas de interesse do Poder Judiciário da União e contêm os seguintes cursos: Português, Direito Penal – Parte Geral; Processo Penal; Adminis-

tração Financeira e Orçamentária; Controle Interno; Direito Constitucional; Controle de Constitucionalidade; Direito Constitucional; Direitos Humanos; Direito do Trabalho; Direito Eleitoral; Processo Penal Eleitoral; Processo Judicial Eleitoral; Direito Penal Econômico; Licitação e Contrato; Pregão Eletrônico; Lei 8.112/90 (RJU); Gestão Pública; Gestão de Pessoas; Segurança; Segurança Patrimonial; e as disciplinas de Direito Administrativo; de Direito Constitucional; de Processo Civil; de Direito Penal; e de Língua Portuguesa.

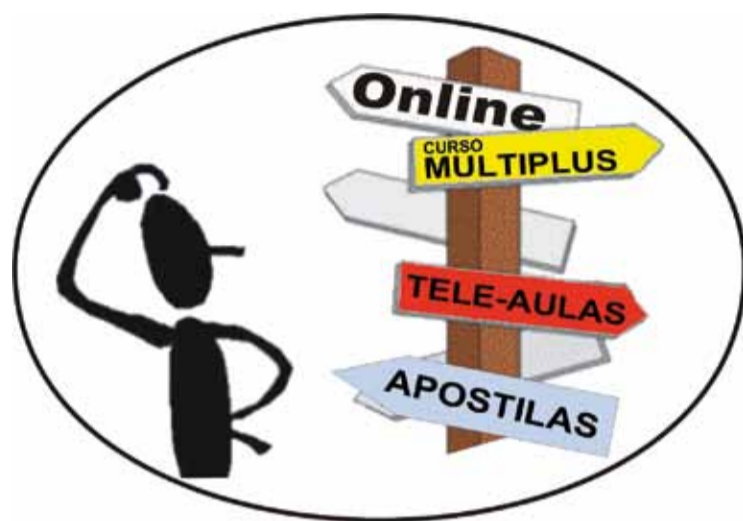
Após a inscrição, contando 15 dias de aulas, o servidor poderá fazer a prova. Precisar acertar, no mínimo, 60% das questões para ser aprovado.

O exame será online e cada módulo terá um banco de 100 a 200 questões, das quais o sistema sorteará, aleatoriamente, 10. Quem fizer os cursos, poderá requerer os adicionais de qualificação (AQ), que são de até 3%. É necessária a conclusão de 360 horas para ter o referido percentual.

Importante ressaltar que todos os cursos foram elaborados exclusivamente para os sindicalizados do Sisejufe e que os certificados estão sendo entregues no sindicato para os servidores da capital e para os do interior serão enviados pelos Correios.

Servidores avaliam a iniciativa

O *Contraponto* foi ouvir alguns alunos inscritos nos cursos do convênio Sisejufe/Multiplus e colheu suas opiniões. Para Patrícia Kichi Savi Mondo, há oito meses na 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que já concluiu dois cursos on-line, um de Redação Oficial e o outro de Administração Financeira e Orçamentária, a iniciativa do sindicato, com a implantação dos cursos, é extremamente importante, porque “não temos



tempo para frequentar um curso presencial e podemos fazê-los sem sair de casa, com custos mínimos”. Além disso, para ela a entidade deve continuar com as iniciativas, “pois atraí os servidores e conquista a categoria”.

Bruna Pinto Barreto, que trabalha há dois anos no gabinete do juiz André Fontes, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), já concluiu os cursos de Controle de Constitucionalidade e de Processo Penal. Ela afirma que “a iniciativa do Sisejufe contribui para o avanço do conhecimento dos servidores”.

“A proposta do Sisejufe é muito boa, devido a falta de tempo que temos em realizar cursos

presenciais e também pela liberdade de realizar os cursos em horários diversificados”, aponta Franklin Rolim Silvam, também do TRF2, trabalhando há 10 anos. O servidor se diz satisfeito com os cursos que concluiu (os de Direito do Trabalho e de Administração Financeira e Orçamentária) e se inscreveu em mais dois outros: o de Direitos e Garantias Fundamentais e o de Projeto Básico. Ele relata que “a partir do vídeo aula você tem um noção básica, mas que é fundamental a complementação com as apostilas porque o conteúdo é extenso e, para a realização das provas, é preciso estudar mesmo”.

Retroativo do auxílio-alimentação pra uns, pra outros não

Nem bem a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) acabou de decidir, dia 12 de junho, que não cabe ao Judiciário equiparar o valor do auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal (JF), de 1º e 2º graus ao valor recebido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do Tribunal de Justiça do

Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o CNJ autorizou, no mesmo dia 12, com oito contra cinco votos, o pagamento de R\$ 100 milhões à juízes até que o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicione.

A decisão cancelou liminar que suspendeu o pagamento de tal valor para juízes, referentes ao vale-alimentação, na medida em que os oito conselheiros que votaram a favor do pagamento entenderam que o CNJ deve aguardar a palavra final

do STF acerca da validade dos pagamentos.

Sisejufe ajuíza ação coletiva

Cabe lembrar que a direção do Sisejufe, por meio de seu Departamento Jurídico, ajuizou, em setembro do ano passado, ação coletiva em favor de servidores filiados para receber a diferença do auxílio-alimentação, considerando os maiores valores pagos pelos órgãos do Poder Judiciário da União.

O valor do benefício foi uniformizado, a partir de ato do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunais Superiores, Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF), que assinaram a Portaria Conjunta 5, de dezembro de 2011. Antes disso, os órgãos da Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar pagavam valores diferentes, em geral, menores do que aqueles praticados pelos tribunais superiores. É essa

a diferença histórica – que trouxe prejuízos a vários servidores que recebiam o valor menor –, que a entidade visou combater com o ajuizamento da ação.

Com julgamento do incidente de uniformização sobre o assunto, da Turma Nacional de Uniformização, negando o direito aos valores retroativos, poderão, as ações individuais, apresentadas aos juizados especiais, ser julgadas improcedentes.